

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, FISCALIZAÇÃO DE LEIS, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Projeto de Decreto Legislativo: 19/2023

Processo: 12770/2023 Autor(a): Vinícius Simões.

Ementa: "Susta dispositivo do decreto municipal nº 20.272/2022"

I – RELATÓRIO

O projeto de Lei epigrafado, de autoria do Vereador Vinícius Simões, susta dispositivo do decreto municipal nº 20.272/2022.

II – PARECER DO RELATOR

Este Edil, Presidente da respectiva comissão temática, no uso de suas prerrogativas regimentais atinentes à designação de relator, avoca a relatoria da proposição em apreço, à qual passa à análise jurídica, porquanto tal pasta adstringe-se às ponderações atinentes ao controle preventivo de constitucionalidade, restado defeso invocar questões de cunho político, inclusive adentrar ao mérito da pretensão parlamentar, cujo escopo destinado às demais comissões temáticas, bem como à soberania do plenário desta Casa Legislativa.

Compulsando o feito, verifica-se que o autor da respectiva pretensão legislativa visa objurgar o artigo 3°, XIV do Decreto Municipal nº 20.272/2022, por entender que tal norma dispositiva viola o artigo 75 do Estatuto dos Servidores Municipais.

Destarte, <u>data máxima vênia</u> ao Chefe do Poder Executivo e à sua Secretaria competente, manifesto convergência com a posição exarada pelo proponente da matéria perquirida, eis que o Decreto em comento determina a suspensão da concessão de licença-prêmio e licença para tratar de interesse particular quando gerarem a necessidade de substituição de servidor.

Destarte, urge salientar que o artigo 75, XV da Lei nº 2994/82 é cristalino no sentido de conferir ao(à) servidor(a), 01(um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade,





após cada decênio ininterrupto de exercício prestado ao Município, vedada a interrupção do benefício nos casos supramencionados.

Outrossim, em que pese a autoridade do poder regulamentar discricionário deferido à administração pública municipal, não se pode olvidar que a conveniência e a oportunidade à mesma imbuída, restringe-se a qualquer norma cogente pertinente, de modo que desincumbe à gestão executiva, normatizar no sentido de infringir expressa previsão legal, cuja contumácia padecida de vício de nulidade a ser judicialmente declarada ou mesmo em virtude de sustação do ato perante o Poder Legislativo, o qual tem o condão de fiscalizar o Executivo em busca de harmonia entre os dois poderes, conforme preconiza o artigo 2º, " caput " da Lei Orgânica Municipal em simetria ao disposto de número 2 da Constituição Federal.

Em mais apartada síntese, cumpre realçar que esta edilidade tem por escopo macular qualquer decreto autônomo promulgado pelo Poder Executivo o qual enseja divergência ao poder vinculado oriundo do parlamento, a proceder em consonância com a eficácia plena e a aplicabilidade imediata do princípio da legalidade na administração pública perscrutada no artigo 37 " caput " do aludido diploma republicano.

III - VOTO

Ante o exposto, pugnamos pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE da proposição em apreço.

Palácio Atílio Vivácqua, 09 de abril de 2024

LUIZ EMANUEL ZOUAIN DA ROCHA

Assinado eletronicamente de acordo com o "Câmara Verde"





